



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Municipal

Processo nº: 5118/2021 – TCE/RN.

Relator: Ana Paula de Oliveira Gomes

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de **AFONSO BEZERRA / RN.**

Gestor Responsável: JOÃO BATISTA DA CUNHA.

Assunto: Omissão no dever de prestar Contas Anuais de Gestão.

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Contas Anuais de Gestão. Omissão no dever de prestar contas. Sanções previstas no inciso I, alínea “a”, inciso II e parágrafo 1º, todos do ar. 21 da Resolução 012/2016. Citação do gestor, com base no art. 37 c/c art. 45, inc. I, da LC nº 464/2012.

I – INTRODUÇÃO

1. Nos termos do art. 1º, inciso II, da Lei nº 464, de 05 de janeiro de 2012, compete ao Tribunal de Contas do Estado julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes do estado dos municípios e das entidades de sua administração direta e indireta.
2. Em função disto, relativamente à Prestação de Contas Anuais de Gestão em epígrafe, o Corpo Técnico desta Diretoria passa a tecer as seguintes considerações.

II - EXAME TÉCNICO

3. Da análise do Sistema Integrado de Auditoria Informatizada – SIAI verifica-se a omissão quanto à prestação de Contas Anuais de Gestão do Sr. JOÃO BATISTA DA CUNHA, responsável pela Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra, referente ao exercício de 2020.
4. Conforme dispõe a Constituição Federal o dever de prestar contas recai sobre qualquer gestor de órgão ou ente público ou qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada. Tal obrigação tem o escopo de avaliar se o dinheiro público foi bem ou mal empregado. Nesse diapasão, dispõe a Carta da República em seu art. 70, parágrafo único, *in verbis*:

Art.70 (...) Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária.

5. Nos termos do art. 16 da Resolução nº 012/2016-TCE, constitui omissão do dever de prestar contas “a ausência de prestação de Contas Anuais de Gestão após o transcurso de quarenta dias do prazo fixado no art. 10, ou o seu envio em desacordo com a forma prevista nesta Resolução (...)”. Alterado pela Resolução nº 028/2017.

6. No caso em apreço, transcorridos os quarenta dias do prazo fixado para apresentação das Contas Anuais de Gestão, o responsável Sr. JOÃO BATISTA DA CUNHA permaneceu inerte, conforme relatório extraído do SIAI, demonstrando o descumprimento da sua obrigação perante esta Corte de Contas.

7. A referida ausência caracteriza(m) irregularidade grave, sujeitando o responsável à aplicação de multa, com fundamento no art. 21, inciso I, alínea “a”, parágrafo 1º, da Resolução nº 012/2016-TCE, bem como, demanda a suspensão do fornecimento da Certidão de Adimplência junto ao Tribunal de Contas, enquanto permanecer a irregularidade, conforme dispõe o art. 21, inciso II, do mesmo diploma legal.

CONCLUSÃO

8. Deste modo, o Corpo Técnico desta Diretoria propõe a citação do responsável pela unidade gestora Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra, à época, Sr. João Batista da Cunha para que no prazo de 20 (vinte) dias, apresente as alegações de defesa que tiver, acompanhe a instrução processual e produza provas, a teor do dispositivo do art.37 c/c art. 45, inciso I da LC nº 464/2012, sob pena de incorrer sob pena de revelia, na forma da lei.

9. Acrescente-se que, a omissão quanto à prestação de Contas Anuais de Gestão, poderá dar ensejo ao julgamento irregular de contas, conforme dispõe o art. 16 da Resolução nº 016.2012 – TCE e nos termos da Lei Orgânica do TCE/RN.

Natal/RN, 10 de janeiro de 2022.

Glance Silva Augusta Pimentel

Técnica de Controle Externo

Matrícula 14.479-7